

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Educação e a formação da classe trabalhadora: artimanhas ideo-políticas do capitalismo			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Rosângela Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Ceará	UFC	Discente
COAUTOR 2			
Maria das Dores Mendes Segundo	Universidade Federal do Ceará	UFC	Docente- Colaboradora
COAUTOR 3			
Josefa Jackline Rabelo	Universidade Federal do Ceará	UFC	Docente Permanente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente resumo pretende contribuir para a análise contextualizada e crítica dos princípios e das práticas que configuram a educação da classe trabalhadora, e sua relação com os paradigmas educacionais vigentes, apontando, na esteira da perspectiva marxiana, a educação no horizonte da emancipação humana. Buscamos desenvolver o pensamento acerca da educação sob o resguardo de uma sociedade humanamente emancipada, tomando como base os estudos desenvolvidos no IMO, e na linha de pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes, abrigada na UFC. Para tanto, buscaremos fundamentos em intelectuais alicerçados sobre as bases do marxismo ontológico, recuperado por Lukács, bem como por seus intérpretes contemporâneos, como Tonet, Lessa, entre outros. Nossa discussão se destaca pela defesa incontestada da possibilidade de uma verdadeira revolução social, conforme Marx e Engels (1986), de uma verdadeira história humana, não mais presa às rédeas do sistema capitalista de produção. Em um momento em que o pragmatismo ocupa redutos antes abrigados pela reflexão da melhor qualidade, como a Universidade, o atual contexto social e intelectual é caracterizado por uma adesão quase que incontestada as propostas sedutoras e as artimanhas ideo-políticas do sistema capitalista, onde a retórica pós-moderna afirma, entre outras questões, a razão como um detalhe secundário da apropriação do real. Asseguramos, em Jimenez e Mendes Segundo (2006) que os padrões de financiamento aplicados à educação brasileira desde o início dos anos 1990 vem impondo mudanças devastadoras na formação da classe trabalhadora.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Educação, marxismo ontológico, emancipação humana			
ABSTRACT			
<p>This summary is intended to help contextualized analysis and critique of the principles and practices that shape the education of the working class, and its relationship with the existing educational paradigms, pointing in the wake of the Marxian perspective, education in the horizon of human emancipation. We seek to develop thinking about education under the guard of a society humanly emancipated, based on the studies developed in IMO, and in the search line Marxism, Education and Class Struggle, sheltered in the UFC. To do so, we will seek for intellectual foundations grounded on the ontological foundations of Marxism, recovered by Lukács as well as for its contemporary performers as Tonet, Lessa, among others. Our discussion stands unchallenged by the defense of the possibility of a social revolution, as Marx and Engels (1986), a true human history, no longer attached to the reins of the capitalist system of production. In a time when pragmatism occupies strongholds before sheltered by the reflection of better quality, such as the University, the current social and intellectual context is characterized by an adherence almost unquestioned proposals seductive wiles and ideo-political capitalist system, where postmodern rhetoric asserts, among other issues, the reason as a minor detail of the real ownership. Rest assured, in Jimenez Mendes and Second (2006) that the standards applied to Brazilian education funding since the early 1990s has imposed devastating changes in the formation of the working class.</p>			
KEYWORDS			
Education, Marxism ontological, human emancipation			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a formação humana			

EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: artimanhas ideopolíticas do sistema capitalista.

Rosângela Ribeiro da Silva¹
Maria das Dores Mendes Segundo²
Josefa Jackline Rabelo³

Nosso interesse neste artigo é o de contribuir para a análise contextualizada e crítica dos princípios e das práticas que configuram a educação da classe trabalhadora, e sua relação com os paradigmas educacionais vigentes, apontando, na esteira da perspectiva marxiana, a educação no horizonte da emancipação humana.

Buscamos aqui desenvolver o pensamento acerca da educação sob o resguardo de uma sociedade humanamente emancipada, tomando como base os estudos desenvolvidos no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO), bem como nos estudos desenvolvidos na linha de pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes, E-Luta, abrigada na Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará. Para tanto, buscaremos fundamentos para essa discussão, nas obras de Marx e Engels, bem como em intelectuais alicerçados sobre as bases do marxismo ontológico, recuperado pelo filósofo húngaro Georg Lukács, bem como por outros autores marxistas e seus intérpretes contemporâneos, como por exemplo, Tonet, Lessa, Costa entre outros, o referido Instituto, sob o qual ousamos discutir a referida temática.

Nossa discussão, destaca-se pela defesa incontestada da possibilidade de uma verdadeira revolução social, ou, como já afirmavam Marx e Engels (1986), de uma verdadeira história humana, não mais presa as rédeas do sistema capitalista de produção.

Em um momento em que o pragmatismo ocupa redutos antes abrigados pela reflexão da melhor qualidade, como a Universidade, o atual contexto social e intelectual é caracterizado por uma adesão quase que incontestada as propostas sedutoras e as artimanhas ideopolíticas do sistema capitalista, onde a retórica pós-moderna afirma, entre outras questões, a razão como um detalhe secundário da apropriação do real. Sob a lógica do irracionalismo que impera no contexto de crise do sistema sócio-metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2000), Costa (2004) afirma que

¹ Doutoranda em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/UFC), na linha de pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes –E-Luta. Mestre em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora-colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. Professora da Educação Básica da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

² Doutora em Educação Brasileira. Professora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO. Membro do Grupo de Pesquisas *Trabalho, Educação e Luta de Classes* (IMO/UECE).

³ Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – FACED/UFC. Professora da linha de pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO.

A razão está acuada e perde terreno a cada dia que passa. O real perde a coerência. Tudo muda rapidamente e parece que continuamos no mesmo lugar, o eterno presente dominado pela velocidade da economia de mercado. Qualquer apelo a uma compreensão totalizante do mundo, aparentemente, está fadada ao fracasso. Deverá a razão depor suas armas e se aposentar? (p. 65)

No contexto de crise estrutural do capital (Mészáros, 2000), vive-se uma crise que vem provocando instabilidades, novas questões colocadas exigindo-se respostas no plano imediato em meio às relações capitalistas. São relações efêmeras que nos exigem a compreensão da totalidade dos fenômenos, as leis gerais, as tendências gerais para que possamos intervir no mundo, entender a lógica que rege o sistema do capital para não nos equivocarmos nas repostas superficiais e no praticismo imediato.

Dessa forma, exige-nos o entendimento, por exemplo, da relação intrínseca da base material da vida com o Estado.

Com base na teoria marxiana, podemos afirmar que (pgs. 23-24, 2010) a união dos trabalhadores, que é proibida e de péssimas consequências para eles, é diferente da união entre os capitalistas que têm necessidade de obter vitória mediante o confronto hostil entre os trabalhadores. A vida e existência destes depende do capricho e interesse do rico e capitalista. O homem enquanto qualquer outra mercadoria sofre e passa pela lei da oferta e da procura.

Marx afirma que (p. 26, 2010) o progresso da riqueza gera excedente de ofertas em relação à procura. É nesse processo de maior oferta de postos de trabalho, com pouca demanda de força de trabalho que a situação é favorável ao trabalhador. Nessa situação há o encurtamento do tempo de vida do trabalhador porque para ganhar mais terá que executar trabalho escravo e sacrificar seu tempo, desfazendo-se de toda liberdade. Como o capital é acúmulo de trabalho, e o acúmulo de capitais é aumentado com o aumento da divisão do trabalho, que por sua vez, tem seu aumento no número de trabalhadores, o preço desse trabalho baixa, tornando o trabalhador cada vez mais dependente do trabalho. O trabalho, no sistema capitalista tornou-se mais determinado, unilateral e maquinal. É a essa condição que o trabalhador é rebaixado, à condição de máquina, tornando-se cada vez mais unilateral e dependente. Agora não mais só aos outros trabalhadores estão no patamar de concorrência, mas as máquinas também são enfrentadas por essa classe nessa condição de concorrência.

No sistema do capital (MARX, p. 28, 2010), mesmo que haja elevação no salário dos trabalhadores, esta é compensada ao capitalista, a quem pertence o trabalho acumulado, os juros do

trabalho. Ao trabalhador, pertence somente a parte mínima e necessária para ele continuar reproduzindo a classe de escravo, que é a classe dos trabalhadores.

De acordo com Engels, “a concepção materialista, o momento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução (Reproduktion) da vida imediata” (Engels, p. 18, 2012). Esta possui duas facetas que, é de um lado, a produção dos meios de existência, e de outro, a produção do homem mesmo, a reprodução ((Fortpflanzung) do gênero (idem).

Engels (2012) afirma que o grau de desenvolvimento do trabalho e a família são os modos de produção que condicionam a ordem social em que vivem os homens de determinada época. Nas palavras do autor (p. 18-19, 2012):

Quanto menos desenvolvido o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e, por consequência, a riqueza da sociedade; com tanto maior força se manifesta a influência dominante dos laços de parentesco (Geschlechtsbande), a produtividade do trabalho aumenta sem cessar e, com ela desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho aheia, e com isso, o fundamento dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura de sociedade às novas condições, até que por fim, a entre estas e aquela leva a uma reviravolta (Umwälzung) completa.

Engels (2012) segue assinalando que aquelas relações baseadas no parentesco agora dá lugar a uma sociedade centralizada no Estado que submete o regime familiar e às relações de propriedade “e na qual tem livre curso às contradições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita, até nossos dias” (p. 19, 2012).

Foi no processo histórico da humanidade que se colocou a necessidade de criação do Estado nas formas de organização social desde o surgimento da divisão do trabalho e da sociedade de classes (p. 270, 2012). A função social do Estado foi alterada para complementar a exploração de uma classe sobre a outra, para a manutenção da ordem da sociedade de classes e seus antagonismos mesmo com seus conflitos, administrando-os de forma desequilibrada nos interesses de classes.

O Estado não provoca equilíbrio nos conflitos, mas defende violentamente os interesses da classe economicamente dominante, e se transforma, essa mesma classe em politicamente dominante. E os interesses da classe dominante política e economicamente, são os interesses do capital, que só produz mais contradições. Para a lógica do capital, a exploração capitalista é justa, e esse sistema vai se utilizar do campo ideológico para essa justificação, fazendo crer que o trabalhador é pago pelo que vale, por quanto ele é usado numa relação de alienação do trabalho, ou seja, o trabalhador não se reconhece no que produz, pois a produção não volta para o trabalhador.

Dentro dessa lógica tem-se a necessidade da fragmentação da classe trabalhadora, a precarização do trabalho, e da força de trabalho para manter a divisão política da classe trabalhadora. É uma lógica que não há como consertar, pois essa é sua forma de existência, a própria objetividade do mundo impede a irreversibilidade do capital, ou sua humanização.

A necessidade histórica impõe a superação do capital pela sua forma de ser, pois as novidades impostas pelo capital são as novas formas de exploração, de preconceitos, transformando, de forma ainda mais degradante, o ser humano em mercadoria, em força de trabalho, perdendo cada vez mais suas características humanas.

De acordo com Mészáros (2000) o capital não tem mais condições de responder seus próprios problemas que ele mesmo gera, só trata dos seus efeitos e consequências, girando em torno de si mesmo, tomando medidas temporárias para os conflitos gerados.

Para que o indivíduo creia que suas condições de vida estão melhorando, que é possível melhorar o capital através da boa aplicação de políticas públicas, legitimando a violência, são escritas leis menos ambíguas possíveis através dos complexos do Direito, do Exército, da Política etc., que exercem seu poder sobre os indivíduos por um conjunto de outros indivíduos, os burocratas, os funcionários públicos, que aplicarão leis que só servem para manter a opressão do homem pelo homem (Marx).

A velocidade das informações, a defesa de uma ‘pretensa’ sociedade do conhecimento e a relativização do conhecimento da totalidade tornou-se pedra angular da sociedade regida pela exploração de um homem sobre outro. Em nome da opinião singular de cada indivíduo, o que é visível basta, por si só, para a construção das interpretações da realidade aparente e epifenomênica. Onde antes a palavra de ordem era a luta por uma verdadeira revolução social, por uma verdadeira história humana – como diria o velho socialista -, a cidadania passa a reinar no mais alto dos pedestais, dando lugar ainda a afirmações do tipo a que viveríamos em uma aldeia global, onde seria possível mesmo humanizar o modo de produção vigente e viver em um mundo harmonioso e pacífico.

Em uma sociedade que é chamada de ‘harmônica’ e ‘equitativa’, que lança mão dos mais diversos argumentos políticos e ideológicos para manter a coesão social, vê-se a desarticulação da classe trabalhadora e a busca de uma pretensa igualdade entre os homens, como se isto fosse possível nesta forma de sociabilidade, dificultando sobremaneira a vida daqueles que lutam por uma sociedade para além do capital. Evidencia-se que, entre a realidade concreta e a superficialidade dos

discursos, forma-se um verdadeiro véu que oculta as reais determinações sociais que se processam no mundo do trabalho e os desdobramentos desta nas demais esferas.

A crise (Silva, 2010) fez com que o capital implementasse um amplo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo, expresso na sua dimensão fenomênica, como lembra Antunes (2001, p. 30), através dos seguintes aspectos: “queda da taxa de lucro; esgotamento do padrão taylorista-fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais; crise do ‘Estado do bem-estar social’ e incremento acentuado das privatizações”.

Desse modo, podemos afirmar que as estratégias utilizadas pelo capital para enfrentar o seu processo de crise atingiram fortemente a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora, expressas por meio de um ideário fragmentador e apologético da individualidade são disseminadas, sobremaneira, no pacote das reformas educacionais e pedagógicas que vêm sendo implementadas e assessoradas nos países da periferia do capitalismo pelo Banco Mundial. É oportuno destacar que, no âmbito das reformas educacionais levadas a termo pelo “Movimento de Educação para Todos”, situa-se a política de assistência sócio-educacional do adolescente, que, no Brasil, segue as determinações da reforma em curso, determinações essas capitaneadas com êxito pelo Banco Mundial.

No bojo da reforma educacional arbitrada pelo Banco Mundial para a periferia do capitalismo, impõem-se várias categorias que têm como propósito, como adverte Leher (1998), criar as disposições ideológicas necessárias ao processo de (re)produção do capital. Para efeito de ilustração e pela articulação com a nossa temática de investigação destacamos duas delas: inclusão e cidadania. Presenciamos um apologético discurso na sociedade em geral em torno da inclusão social.

Ainda na busca por cercar o significado da utilização da categoria cidadania (Silva, 2010), recorreremos à análise de Tonet (2005), que afirma que tal conceito – alardeado tanto pelos setores conservadores da sociedade contemporânea quanto pelos setores progressistas – tornou-se a palavra mágica que busca garantir e ampliar os direitos dos indivíduos, bem como sua liberdade através do Estado. No entanto, explicita-nos Tonet (2005) que, na lógica do capital, pensar a educação a serviço da formação de cidadãos é uma brutal ilusão, posto que “a cidadania mais aperfeiçoada implica, por força das coisas, a existência da desigualdade social [e] educar para a cidadania é formar uma dupla ilusão [...] porque é impossível atingir a plenitude da cidadania [pois] mesmo que isto fosse possível, não levaria à formação de pessoas efetivamente livres” (TONET, 2005, p. 103).

Explica ainda Tonet que o conceito de cidadania substituiu o conceito de democracia. Esta, há alguns anos atrás, esteve em moda como chave para o desenvolvimento de uma suposta sociedade

mais justa. O autor afirma também que a utilização desse termo não leva em conta a origem do conceito, muito menos o rastreamento do seu conteúdo histórico.

De acordo com Silva (p. 78, 2011), na esteira de Marx, o modo capitalista de produzir e reproduzir a existência humana, por fundamentar-se em uma sociedade de classes de exploração do homem pelo próprio homem e de apropriação privada dos meios de produção, inviabiliza a formação igualitária dos homens, contudo, ideologicamente, é difundido o discurso da educação escolar para todos os cidadãos como um direito, inclusive àqueles que foram expropriados no decorrer da vida dos conhecimentos disponibilizados, majoritariamente, por meio desta instituição.

A autora afirma que (p. 122, 2011) as reformas educacionais não ocorrem abstratamente, mas são correlatas às crises econômicas gerais do capital. Assim, no início da década de 1990, padrões de acumulação baseados nas premissas neo-liberais estavam sendo legitimados no contexto nacional, seguindo os caminhos percorridos e firmados, décadas antes, pelos países capitalistas centrais.

Desta forma, assegura Silva (2011) que a Reforma do Estado brasileiro, iniciada na década de 1980 e escancarada na década seguinte, teve como objetivo a legitimação das estratégias políticas e econômicas necessárias ao funcionamento do sistema capitalista, em sua nova fase de acumulação e de reprodução ampliada, a chamada acumulação flexível, solidificada pela doutrina neo-liberal e ideologia pós-moderna (GUEDES, 2006). Em que pesem as mudanças no sistema capitalista nas últimas décadas do século XX, se, por um lado, em nada alteraram a essência das relações sociais de produção desta sociedade, por outro, exacerbaram as contradições inconciliáveis entre capital e trabalho, —cuja face mais perversa é a sujeição da individualidade humana à intensificação da alienação e da miséria humana absoluta.

Ademais, os grandes propagadores da nova ordem do capital mundial foram os organismos internacionais e os regionais que passaram a convocar e patrocinar conferências internacionais, com o objetivo de impor a reforma política a ser seguida pelos Estados nacionais, fundamentalmente, aos países periféricos do sistema capitalista, a fim de implementar estratégias econômicas, políticas e ideológicas para o permanente movimento de reprodução do capital, ditando regras para as ações do Estado e às políticas educacionais. É com este ensejo que o Brasil deveria seguir o receituário neo-liberal: —a minimização do Estado é assim recomendada como condição prévia indispensável para que a economia brasileira se torne atraente aos olhos dos investidores estrangeiros (GONÇALVES, 1992, p. 165 apud PERONI, 2003, p. 46). (p. 129).

Nesse sentido Shiroma et all, (p. 35, 2011) afirmam que:

[...] não se pode deixar de reportar ao fato de que o acentuado descompromisso do Estado em financiar a educação pública abriu espaço para que a educação

escolar, em todos os seus níveis se transformasse em negócio altamente lucrativo. As empresas privadas envolvidas com a educação contavam com todo tipo de facilidades, incentivos, subsídios fiscais, crédito e mesmo com a transferência de recursos públicos. O favorecimento ao capital privado, aliado ao clientelismo, ao desperdício, à corrupção, à burocracia e à excessiva centralização administrativa, minguou, por assim dizer, a fonte de recursos para as escolas públicas.

As autoras assinalam que, assim como a ideia disseminada em 1969 sobre a função da educação no sentido de formar para o “capital humano”, em que a reforma do ensino vinculou-se aos termos precisos do regime militar no Brasil através da Política Desenvolvimentista articulada a uma significativa reorganização do Estado em vista dos objetivos que deveriam efetivar para atender aos interesses econômicos vigentes, não foi diferente da política educacional traçada para o século XXI. Esta deve estar ajustada aos interesses e exigências da reestruturação produtiva global da economia. Tudo isso pautado dentro do novo paradigma produtivo que demanda requisitos diferenciados para a educação geral e a qualificação profissional dos trabalhadores.

De acordo com Shiroma et all (p. 48, 2011), os organismos multilaterais organizaram uma vasta documentação desde a Conferência Mundial de Educação, nos anos 1990, propalando o ideário mediante diagnósticos, análises e propostas de soluções consideradas cabíveis a todos os países da América Latina e do Caribe, disseminando o ideário de que para conseguir sobreviver à concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, deve-se dominar os chamados “códigos da modernidade”.

Dessa forma, a Educação deveria realizar as necessidades básicas de aprendizagem, referindo-se aos conceitos de conhecimentos teóricos e práticos, capacidades, valores e atitudes indispensáveis ao sujeito para enfrentar suas necessidades básicas em sete situações: Sobrevivência; 2- desenvolvimento pleno de suas capacidades; 3- uma vida e um trabalho dignos; 4- uma participação plena no desenvolvimento; 5- a melhoria da qualidade de vida; 6- tomada de decisões informadas; e 7- possibilidade de continuar aprendendo.

Conforme as autoras (p. 49, 2011), há a defesa de que sendo distinto o grupo humano, suas necessidades também o são, ou seriam, inclusive as necessidades básicas de aprendizagem, o que significa obter meios para satisfazê-las, que deveriam variar segundo o país, a cultura, setores e grupos sociais e também segundo as perspectivas de sua resolução ao longo do tempo.

Convém ressaltar (Silva, 2010) que os efeitos do sistema, em crise estrutural (Mészáros, 2000) sobre os indivíduos são sentidos na pele e suas contradições cada vez mais se agudizam: a violência, na sua expressão desumana e cruel; a insegurança em toda parte; a desestruturação familiar; a aculturação da população e, principalmente, a desumanização do próprio homem. Este, para o sistema, não passa de um componente de produção, de uma peça da máquina facilmente substituível.

Contudo, o discurso do sistema é de oportunidades para todos, bastando que o indivíduo esteja qualificado. É sabido que o capital somente defende os interesses das classes dominantes e visa garantir sua reprodução, seu *status quo*, mesmo quando concede algum suposto benefício para a classe trabalhadora.

Por isso, o capital é um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder, pois é um sistema global totalmente abrangente, e por essa razão, procura demolir todos os obstáculos que se interpõem no caminho de sua plena expansão. No contexto de crise estrutural, o capital condiciona estratégias que o ajudem a encontrar respostas aos conflitos contemporâneos.

No entanto, entendemos que tais estratégias são destinadas a mudanças superficiais e de natureza conjuntural para amenizar as contradições postas pelo próprio sistema, sem superar o antagonismo estrutural destrutivo do capital enquanto um modo global de controle sócio-metabólico.

Nesse sentido, a partir desse contexto, analisamos as ações que os governos e os organismos internacionais vêm engendrando para a manutenção desse sistema, colocando nas mãos da educação a responsabilidade de transformação do atual quadro resultante das contradições inerentes ao capitalismo.

Jimenez e Mendes Segundo (2006, p. 7) asseguram que, no caso específico da educação, impõem-se mudanças devastadoras, aplicando-se padrões de financiamento e “novas” formas de gestão dos sistemas de ensino, com redefinições no currículo, nos processos avaliativos e nos modelos de formação docente com base em critérios estritamente empresariais e mercadológicos.

Nas palavras das autoras (2007, p. 6):

[...] Agora, então, é dito que à educação, movida pelo novel princípio da equidade, cabe a tarefa de promover a cidadania e a inclusão social e, mais do que tudo, o ajuste dos indivíduos e dos países às exigências do novo milênio, vindo à luz no seio de uma ordem mundial globalizada, transmutada pela mágica da revolução tecnológica, numa sociedade da informação e do conhecimento.

Jimenez (2004) critica a configuração da educação brasileira no contexto das reformas gestadas a partir da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), que vem trazendo marcas do aligeiramento, da mercantilização e da manipulação das consciências. De acordo com a autora, são marcas que podem ser conferidas nos vários níveis de ensino, podendo ser constatadas, por exemplo, no ensino fundamental, a existência de projetos pautados sob diretrizes determinadas

em conferências nacionais e internacionais que se sucedem uma após a outra “em prol de uma decantada educação para todos”.

Jimenez (2004, p. 246) sintetiza que a problemática contemporânea da educação do trabalhador estaria assentada em três pilares que seriam, como já citado anteriormente, “o projeto de mercantilização e privatização ilimitada da educação em todos os níveis, articulado ao projeto de negação do conhecimento e o afinamento ímpar das estratégias de envolvimento manipulatório das nossas consciências”.

Contraopondo-se a essa lógica de (de)formação arquitetada pelo Movimento de Educação para Todos (Silva, 2010), Tonet (2005) lembra-nos que a formação humana em Marx é sempre histórica e socialmente datada. Não há um modelo pronto, é um processo de tornar-se homem, contínuo e processual. De acordo com o referencial teórico marxiano, o processo de o indivíduo singular tornar-se membro do gênero humano passa pela necessária apropriação do patrimônio – material e espiritual – acumulado pela humanidade em cada momento histórico. Por essa razão, não há como desenvolver-se humanamente de forma integral se houver qualquer impedimento a esse desenvolvimento.

Porém, dentro da lógica do capital, essa formação humana não passa de um “formar para o mercado” visto que “essa parte da preparação ‘integral’ nada mais é do que a transformação do ser humano em mercadoria apto a atender os interesses da reprodução do capital”. (IDEM, p. 5). Uma formação integral do ser humano não é possível em absoluto dentro dessa forma de sociedade capitalista, somente sendo realizada com a superação do capital.

Apoiados em Tonet, podemos afirmar que dentro da lógica do capital, não há como formar integralmente o homem, pois a mesma não ultrapassa o limite de formação do indivíduo para o mercado, apto a atender os interesses da reprodução do capital, e não passa pela apropriação dos conhecimentos historicamente e socialmente acumulados pelo conjunto da humanidade, em cada momento histórico, compreendendo a lógica mais profunda que rege o movimento do sistema do capital.

Nesse momento, julgamos oportuno recuperar as contribuições e as reflexões de Saviani⁴ sobre a natureza e a especificidade da educação (Silva, 2010). Este autor afirma que a natureza da educação é determinada pela sua relação com o trabalho enquanto protoforma do ser social. Em concordância com essa perspectiva, Saviani assevera que o trabalho educativo produz no indivíduo

⁴ É válido aqui lembrar, no que se refere ao tratamento conferido ao axioma do trabalho como princípio educativo, que povoa as produções de Dermeval Saviani desde 1994, temos, no Brasil, um debate aberto no campo do marxismo. Nesse sentido, a leitura desenvolvida pelos estudiosos de inspiração lukacsiana, a exemplo de Lessa (2007) e Tonet (2004), passa a indicar os pontos e contrapontos relativos aos principais postulados dessa formulação em Saviani.

singular, direta e intencionalmente, a humanidade que foi produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (2008, p.7) que implica na garantia da apropriação do conhecimento, condição ineliminável para o evoluir da generidade humana, visto que o homem não nasce portando a história social da humanidade. De acordo com Saviani,

[...] o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do processo educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente (SAVIANI, 2008, p. 7)

Conforme o autor, a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, pois os homens, diferentemente dos animais, que têm sua sobrevivência naturalmente garantida, necessitam produzir sua existência transformando a natureza continuamente através do trabalho como ato intencional. O trabalho é, nesse sentido, “uma ação adequada à finalidades”. Dessa forma, o homem, que, ao produzir seus meios de vida, transforma a natureza adaptando-a a si mesmo (e não se adaptando a ela), tem, no trabalho, o momento de objetivação de algo que se antecipou “mentalmente como finalidade da ação”, humanizando a natureza, “criando o mundo da cultura” (Idem, p. 11). Portanto, Saviani assinala que compreender a natureza da educação passa, necessariamente, pela compreensão da natureza humana.

Ancorados em Saviani, podemos dizer que o ato educativo é produzir nos indivíduos a humanidade produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim sendo, a educação tem como objeto a apropriação dos elementos produzidos historicamente pelos homens, ou seja, os elementos culturais como sujeitos ativos no processo histórico, porque, se tais elementos existirem por si mesmos, como algo exterior aos homens, não haveria sentido a sua produção. É necessária a “identificação desses elementos”, bem como a “descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo”, para que, assimilados pelos indivíduos da espécie humana, os homens tornem-se humanos (SAVIANI, 2008).

À luz de nossos estudos aproximativos, que as concepções ideológicas do capital reduzem ou mascaram a constatação concreta do aprofundamento da pobreza e miséria da classe trabalhadora, a uma simples constatação teórica ou conceitual de que parte dessa população sem acesso as riquezas produzidas pela humanidade, estão temporariamente em condição de ‘vulnerabilidade social’. Assim sendo, em nome da sustentabilidade da ordem sociometabólica do capital no contexto da presente crise, ocorre o aprofundamento do papel dos organismos internacionais, nesse final do século XX, como os idealizadores e promotores de programas sócio-educativos de combate a ‘pobreza extrema’ e na defesa da cidadania de grupos socialmente

fragilizados, que deverão ser implantados nos países diagnosticados como vulneráveis ou de risco sócio-político- econômico.

REFERÊNCIAS

COSTA, Frederico Jorge Ferreira. (2004). Elementos de compreensão do pensamento pós-moderno: o irracionalismo como subproduto da crise do capital. In: JIMENEZ, Susana Vasconcelos; RABELO, Josefa Jackline. **Trabalho, Educação e Luta de Classes: a pesquisa em defesa da história**. Fortaleza: Brasil Tropical, p. 65-80.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos. (2003). **Consciência de classe ou cidadania planetária?** Notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo de formação do educador. Fortaleza, Ceará. (Mimeo)

_____. (2011). **Sobre o IMO:** dados gerais sobre sua gênese, evolução e caracterização atual. Fortaleza, Ceará.

JIMENEZ, S. V.; RABELO, J. J. e MENDES SEGUNDO. M. D. Educação para todos e reprodução do capital. **Revista Trabalho Necessário**. Ano 7. Número 9. 2009.

JIMENEZ, S. V.; MENDES SEGUNDO, M. D. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. *Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [28]: 119 - 137, janeiro/junho 2007.*

MARX, Karl; Friedrich Engels. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Editora Hucitec. 1986.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. 4 ed. São Paulo, Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: **Outubro**, No. 4. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas. 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, M. Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 4 ed. 2011.

SILVA, Graziela Lucchesi da. *Educação de Jovens e Adultos e Psicologia Histórico-Cultural: A centralidade do trabalho na aprendizagem e no desenvolvimento de trabalhadores precariamente escolarizados*. Tese de Doutorado, 2011.

SILVA, Rosângela Ribeiro da. *O Projeto Crescer com Arte Pio XII e a política de atendimento ao adolescente em vulnerabilidade social: uma análise à luz da crítica marxista*. Dissertação de Mestrado, 2010.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. (Coleção Fronteiras da Educação).